



AS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: UM ESTUDO DE CASO DO IFMT CAMPUS BARRA DO GARÇAS.

Lucas Costa Arraes¹
Prof. Me. Elizeu Demambro²

Resumo:

Existem políticas públicas voltadas para quem almeja ingressar nas Universidades Federais e Estaduais, tais políticas que oferecem programas e ações que está inserindo esse estudante na Universidade. Entretanto grande maioria dos ingressos não buscam os seus direitos e qualidade de ensino como estudante. Diante disto, vamos analisar e avaliar as necessidades de inserir as pessoas e mantê-las nas universidades públicas, discutindo os padrões e estratégias necessárias, inserindo nas universidades os mais diferentes níveis socioeconômicos, raça e gênero, onde todos possam ter direito e acesso ao ensino superior, fornecendo boas condições de permanência a esses estudantes.

Palavras- chaves: Políticas Públicas, Direito e Qualidade de Ensino, Ingresso nas Universidades.

Abstract: There are public policies aimed at those who want to enter Federal and State Universities, such policies that offer programs and actions that can insert this student in the University. However, the vast majority of students do not seek their rights and quality of education as a student. In view of this, it is necessary to analyze and evaluate the needs to insert people and keep them in public Universities, discussing the necessary standards and strategies, inserting in universities the most different socioeconomic levels, race and gender, where everyone can have the right and access to education superior, providing good permanence conditions to these students.

Keywords: Public Policies, Law and Teaching Quality, Admission to Universities.

Lucas Costa Arraes Aluno do Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) – Campus Barra do Garças.

² Elizeu Demambro PROF. Me.do curso Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) – Campus Barra do Garças.



1 INTRODUÇÃO

O acesso, permanência e qualidade da educação é uma preocupação para todas as nações federativas. A educação Superior tem como objetivo gerar riquezas, fortalecimento de identidades culturais, coesão social e desenvolvimento de uma nova cara para a sociedade, no qual são comandados pelos governos e destinados a oportunizar um bem-estar para todos.

Segundo o Art. 43 LDB (1996) a educação superior tem por finalidade:

I - Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua (LDB, 1996)

O artigo tem como objetivo abordar as permanências dos estudantes nas universidades públicas. Analisar as políticas de acesso e permanência destinados a esses estudantes, salientando quais foram as políticas institucionais e federais criadas para inserir o acesso e a sua permanência na instituição? Quais mudanças ocorreram no perfil dos estudantes com a implementação de tais políticas se houve desigualdade social? E por fim quais são as condições oferecidas aos jovens nas Universidades Federais e estaduais. Nos últimos anos a expansão do ensino superior foi intensificada em todo País, principalmente em relação ao impacto dessas políticas públicas destinadas ao acesso e permanências dos estudantes das camadas populares.

Dessa forma vamos abordar as condições de permanência dos jovens nas universidades públicas federais e estaduais. Apresentando os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior. Ver as políticas públicas que beneficiam a todos os estudantes sem limites de regras e padrões.

O artigo será construído por meio de leituras bibliográficas nos mais confiáveis livros e sites de busca de artigos científicos, como também por meio de uma pesquisa de campo via Google formulário, destinados a alunos e professores da IFMT do Campus de Barra do Garças.

2 Método

Neste estudo segue perspectiva de estudo caso onde, PRODANOV (2013,60) diz que: O estudo caso é um tipo investigação que tem com objeto o estudo de um grupo de



pessoas ou comunidade de forma aprofundada e que evolui basicamente ou fenômeno e contexto pesquisados.

Para chegar aos resultados, foram utilizados como instrumentos ou levantamento bibliográfico, e questionário com perguntas fechadas. Lakatos e Marconi (2007) nos coloca que, a pesquisa bibliográfica compreende a leitura de materiais já elaborados, que têm relação com o tema estudado e que auxiliam ou pesquisador a encontrar subsídios para escrita da pesquisa, a partir da seleção de livros, artigos, teses, dissertações e monografias que possuem familiaridade com conteúdo abordado.

Após a coleta de dados, as respostas foram tabuladas e, em seqüências analisadas esteticamente, por meio de gráficos que vão auxiliar na visualização e da mais clareza na apresentação das respostas.

3. Referencial Teórico

3.1- As Políticas Públicas oferecidas no Ensino Superior

As Políticas Públicas de educação são criadas pelos governos, ao qual estabelece programas ou ações para garantir o acesso à educação para todas as pessoas, também tem como objetivo avaliar e ajudar a avançar a qualidade de ensino do nosso país. Tendo como intuito procurar soluções para os desafios sociais da educação no País. Acabando com os diferentes níveis de escolaridade, como também com as diferenças sociais.

Segundo RODRIGUES (2012, P.07)

As escolas enfrentam efetivas dificuldades para concretizar a missão e os objetivos que lhes estão atribuídos no sentido de garantir que todos os alunos aprendem e atingem níveis de qualidade nas suas aprendizagens. Nunca no passado as escolas e os professores enfrentaram semelhante desafio. No passado a missão da escola era a de alfabetizar, selecionar e educar as elites. Não enfrentavam a exigência de levar todos os alunos até ao final do percurso escolar. Os professores tinham por missão ensinar os que aprendiam. Os que não aprendiam iam ficando pelo caminho.

As Instituições de Ensino público têm como ações para efetivar a permanência dos Estudando no Ensino, orientações, diretrizes e políticas públicas, formação e acompanhamento do estudando, apoio social e pedagógico, orientação aos programas de assistências. Monitorias, tutorias e palestras.

ANDRIOLA (2020), “O acesso, a permanência e a qualidade da educação tem sido uma preocupação de todas as nações soberanas, democráticas, inclusivas,



emancipadoras e avançadas nas artes, nas ciências, nas tecnologias e inovação. Fóruns e conferências mundiais, tais como a Conferência Mundial de Educação Superior (CMES), realizada em 1988 e 2009, a Conferência Regional de Educação Superior (CRES), realizada em 1988 e 2008, que são promovidas por governos e organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), têm tratado do tema educação superior e deixado recomendações valiosas para ações futuras”.

Dessa forma a Educação Superior se objetiva como uma das principais estratégias e medidas de impor as Universidades como protagonistas no processo de geração de riqueza, fortalecimento das identidades culturais, estrutura social e o desenvolvimento de uma nova sociedade, somente os governos que podem comandar e colocar esse bem-estar a prestação de todos (ANDRIOLA, 2020).

Salienta CLEMENTE e MOROSINI (2021, P.03) A educação superior brasileira é um ambiente repleto de diversidade cultural. As instituições inseridas nesse contexto constituem-se em espaços que incutem características

culturais global, multinacional, local e desafios surgem a partir dessa perspectiva.

A Secretaria de Educação Superior (Sesu) tem por atribuição planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da política nacional de educação superior. Cabe-lhe propor e executar programas voltados para a ampliação do acesso e da permanência de estudantes na etapa da formação superior. (MEC, 2018).

Os Principais Programas públicos oferecidos no Ensino Superior são: FIES Programa de Financiamento Estudantil, PROUNI Programa de Inclusão Social Racial, COTAS Programa de Inclusão social e racial e também o programa INCLUIR que é voltado para pessoas portadoras de alguma deficiência.

O Instituto Federal de Mato Grosso, através da Pró-reitora de Ensino torna público o edital nº 06/2016 - PROEN, visando à seleção de estudantes do IFMT a serem beneficiados pelo Programa Institucional de Bolsa Permanência. O Programa é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas (IFMT, 2016).

No Instituto Federal de Mato Grosso, IFMT, as políticas assistenciais se dão por meio de programas, projetos, ações, bolsas e auxílio financeiro a partir de atendimento



universal e seletivo. O atendimento universal se dá por meio de programas, projetos e ações destinados a todos os estudantes matriculados na Instituição. Já o atendimento seletivo é realizado por estudantes com renda bruta familiar per capita de até um salário mínimo e meio.

Para efetivar a permanência dos alunos ingressos no IFMT, a instituição fornece ações como bolsas, auxílio e serviços e assim, oportunizar a esses alunos a permanência na faculdade. Através de pesquisa, observamos que os IF's do Brasil oferecem bolsa permanência estudantil, bolsa monitoria, auxílio permanência indígena e quilombola, auxílio permanência de estudante com deficiência, auxílio alimentação, auxílio moradia, auxílio transporte, auxílio inclusão digital, auxílio para tecnologias assistivas, auxílio emergencial, auxílio creche, serviço de residência estudantil, serviço de restaurante estudantil.

3.2 - As Desigualdades educacionais nas Universidades

No Brasil vários fatores contribuem para aumentar a desigualdade educacional são eles nível socioeconômico, raça ou gênero. A desigualdade educacional pode acontecer dentro de uma região, estado ou até mesmo no município onde mora o estudante.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988, p.02)

É certo que a falta de acesso a educação também fortalece o ciclo de desigualdade social, uma vez que indivíduos com pouco ou menos estudos dificilmente vão melhorar sua condição de vida, diferente daqueles que já nascem com melhor renda para estudar, consequentemente terão melhores condições aos estudos.

Para VASCONCELOS (2020, p 04)

Diante dessa situação, a esperança por dias melhores para todos está condicionada à implantação de políticas públicas compostas por ações que incluam no seu escopo, a participação de todos os sujeitos e instituições constituintes da sociedade e, cuja mola central situa-se entre os programas de redistribuição de renda e os programas de qualificação da educação pública.



Observou-se que a forma mais comum de avaliação das políticas de permanência é fundamentada em indicadores de evasão, porém, em pesquisas mais abrangentes, os resultados são complementados com indicadores de desempenho estudantil e contagem do tempo até a diplomação (IFMT, 2021).

No Instituto Federal de Mato Grosso IFMT promovem programas, projetos e ações Institucionais que garantem o acesso e assegura condições de permanência para todos os estudantes, principalmente aos vulneráveis socioeconomicamente que são pessoas com deficiências, indígenas, negros, quilombos e LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e mais)(IFMT, 2021).

Assim, promovendo igualdade e oportunidades para todos os estudantes.

3.3 - As condições de permanência no Ensino Superior dos jovens na IFMT

Como já foi salientado no decorrer deste artigo que as políticas de permanências são programas e ações institucionais desenvolvida para melhorar a permanência dos estudantes nas Universidades assim diminuindo a evasão no Ensino Superior.

Afirma CANAL (2021 p.04): “Nesse contexto de políticas voltadas ao ensino superior público, nota-se, desde então, uma preocupação acentuada com a permanência dos estudantes por parte do governo federal”.

Tendo como garantia a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade econômica e social. Especialmente estudantes indígenas e quilombolas, como também a redução do custo de manutenção de vagas não utilizadas decorrentes da evasão do ensino médio e promover a democratização do ensino superior para assim adotar medidas adicionais para melhorar o desempenho acadêmico.

Assim Salienta o Ministério da Educação(2018):

- I – viabilizar a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas;
- II – reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil;
- III – promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico.

Muitas vezes o motivo dessa evasão escolar nas universidades públicas e particulares se dá por meio de dificuldades financeiras, emocionais e sociais. Acaba sendo



para os estudantes essas condições uma das etapas mais difíceis antes do início da vida acadêmica, até mais difícil que a sua aprovação no vestibular (IFMT, 2020).

Grande parte dos estudantes que ingressam nas universidades tem pouco conhecimento das políticas públicas voltadas para seu ingresso nas universidades; há vários programas que dão condições a moradia, alimentação, auxílio transporte, meia entrada em locais e até mesmo recursos voltados para o aluno até terminar a vida acadêmica e só paga após terminar o curso. Porém, com a falta de acesso e informação muitos estudantes se vêm com baixa autoestima no seu desempenho acadêmico, para está terminando a graduação.

Portanto esses programas dão condições para permanência dos alunos de baixa condição sócio- econômica na universidade, contribuindo para o desempenho acadêmico e também o trancamento de matrículas e evasões nas universidades.

Afirma PENA (2020, p.25) é necessário analisar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes na educação superior, bem como identificar as reais necessidades materiais e didático-pedagógicas que garantam a permanência do estudante nesse nível de ensino.

O Instituto Federal de Mato Grosso, através da Pró-reitora de Ensino torna público o edital nº 06/2016 - PROEN, visando à seleção de estudantes do IFMT a serem beneficiados pelo Programa Institucional de Bolsa Permanência. O Programa é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. O recurso é pago diretamente ao estudante de graduação por meio de um cartão de benefício (IFMT, 2016).

O instituto Federal de Mato Grosso IFMT tem como objetivo promover a igualdade de oportunidades para todos estudantes, contribuindo para melhor desempenho acadêmico, por meio de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão escolar. Partindo como princípios o respeito à dignidade da pessoa humana. Garantia do direito a perspectiva ampliada e articulada nas atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura, arte e desporto. Fornece alimentação como direito humano e social, como também uma educação inclusiva preza a equidade de gênero, respeito a diversidade de gênero, cultura e valorização dos direitos humana, há uma relação dinâmica entre todos, promove democratização das políticas públicas de acesso, permanência aos estudantes.



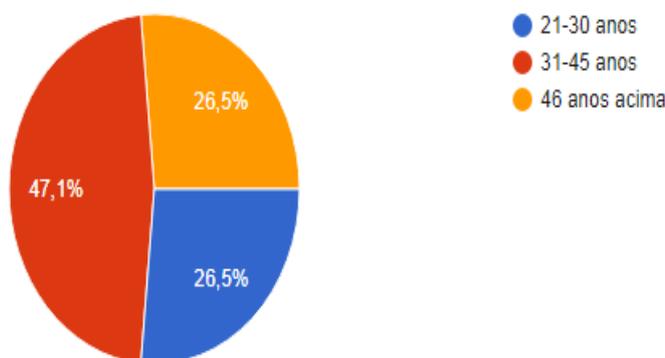
Dessa forma no IFMT as condições de assistência a permanência dos estudantes se dão por meio de programas, projetos, ações, bolsas e auxílio financeiro para as comunidades populares.

4. - RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi realizada com professores e alunos do Ensino Superior de Barra do Garças- MT, via google formulário sendo realizada em janeiro de 2024, teve no total 61 participantes, sendo 27 alunos e 34 professores. Chegamos aos seguintes resultados de acordo com nosso formulário:

No primeiro item, em relação à idade dos entrevistados (professores) os resultados foram os seguintes: na faixa etária entre 21-30 anos, foi registrado um total de 26,5%, na faixa etária entre 31-45 anos, foram 47,1% na faixa etária entre 46 anos acima, 26,5%. Conforme figura 1.

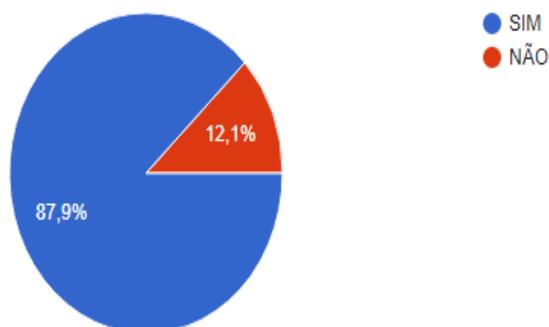
Figura 1: Faixa Etária dos professores



Fonte: Elaborada pelo Autor

Na segunda pergunta do nosso formulário, onde perguntamos se acreditavam que os cursos superiores oferecidos em instituições federais apresentavam muitas evasões, 87,9% acreditam que sim, que há muitas evasões. Conforme figura 2.

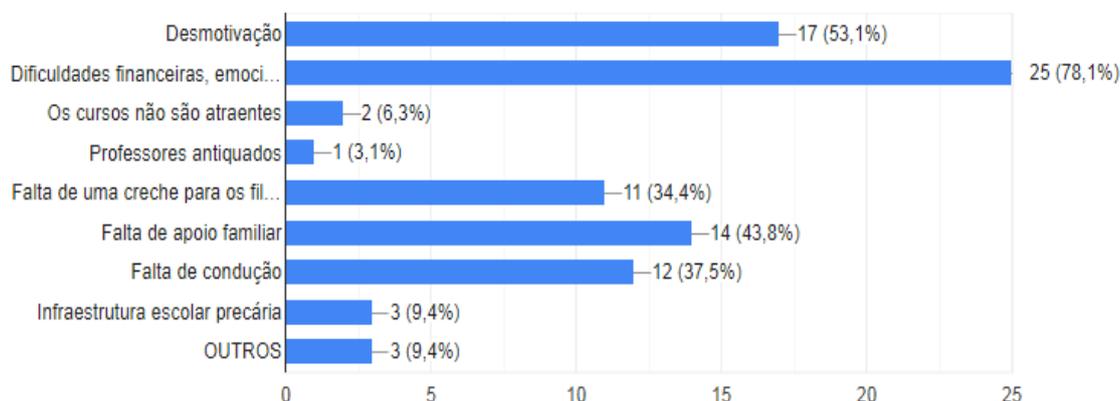
Figura 2: Evasões de cursos Superiores



Fonte: Elaborada pelo Autor

As respostas para o terceiro questionamento, nos mostrou que os entrevistados apontaram motivos como a desmotivação, dificuldades financeiras e emocionais, cursos não atraentes, professores inadequados, falta de uma creche para os filhos, falta de apoio familiar, falta de condução, infraestrutura escolar precária foram os pontos cruciais para uma evasão no ensino superior. Conforme figura 3.

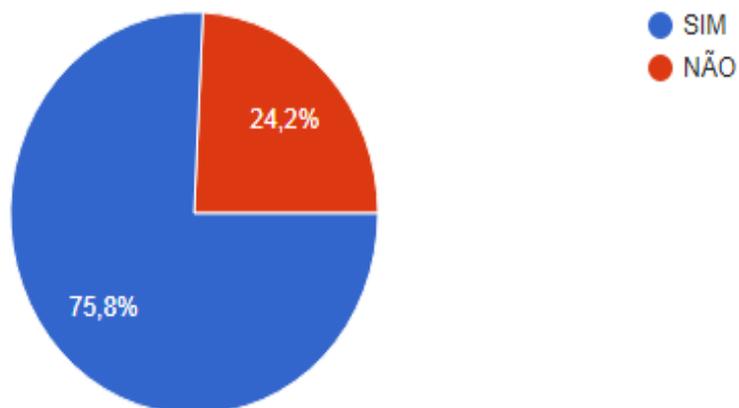
Figura3: motivos de Evasão



Fonte: Elabora pelo Autor:

Em relação ao questionamento sobre conhecimento das políticas públicas oferecidas no Ensino Superior 75,8% disseram que tem conhecimento e outras 24,2% não possuem conhecimento. Sobre quais eram as políticas públicas desenvolvidas para o IFMT, 90,6% conhecem estas políticas e apenas 9,4%, não conhecem. Conforme figura 4.

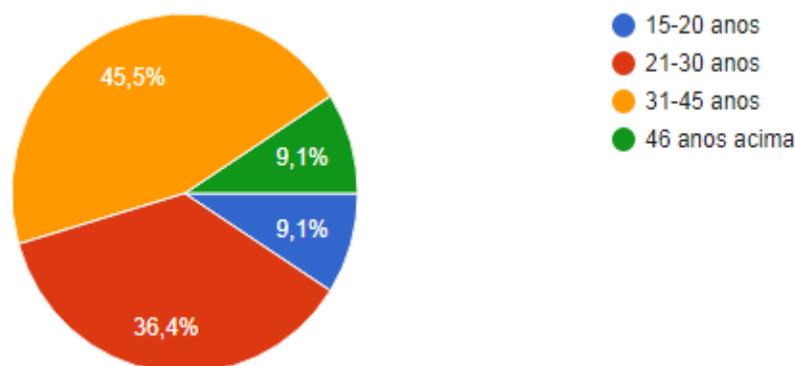
Figura 4 Política Públicas oferecidas



Fonte: Elaborada pelo Autor.

Ao voltarmos o questionamento aos estudantes, vimos às diferenças na faixa etária onde, 9,1% estavam entre 15-20 anos, 36,4% estavam entre 21 a 30 anos, 45,5% estavam entre 31 a 45 e 9,1% estavam acima de 46 anos. Conforme figura 5

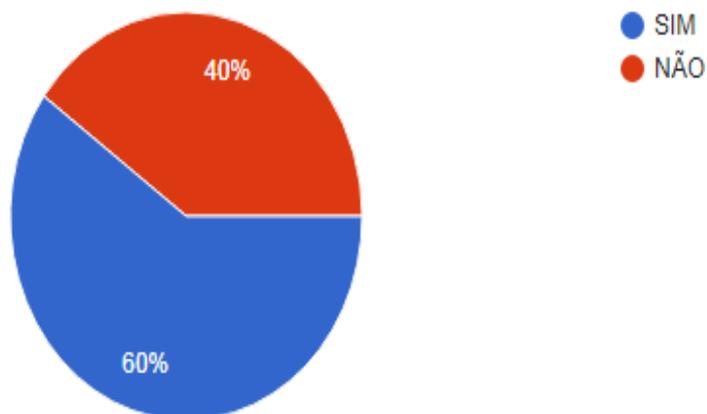
Figura 5: Faixa Etárias dos Estudantes



Fonte: Elaborada pelo Autor

Ao questionarmos sobre a participação dos alunos nas ações como bolsas, auxílios e serviços fornecidos pela IFMT, foram relatados que 60% participam destas ações. E 40% dizem que não participam. Conforme figura 6

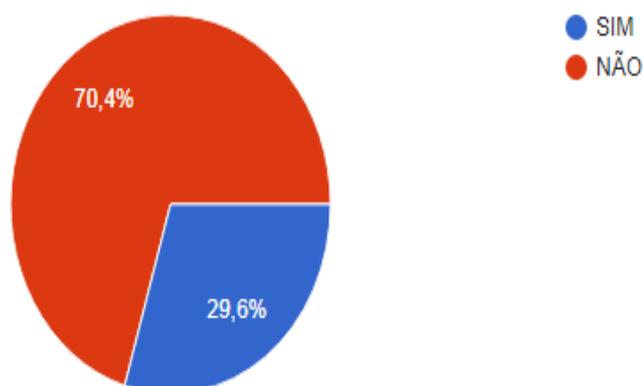
Figura 6: alunos nas ações



Fonte: Elaborada pelo Autor

No quesito sobre as desigualdades enquanto aluno no ensino superior, 29,6% afirmam que já sentiram algum tipo de desigualdade enquanto estudante e outras 70,4% afirmam que nunca sentiram desigualdade. Conforme figura 7.

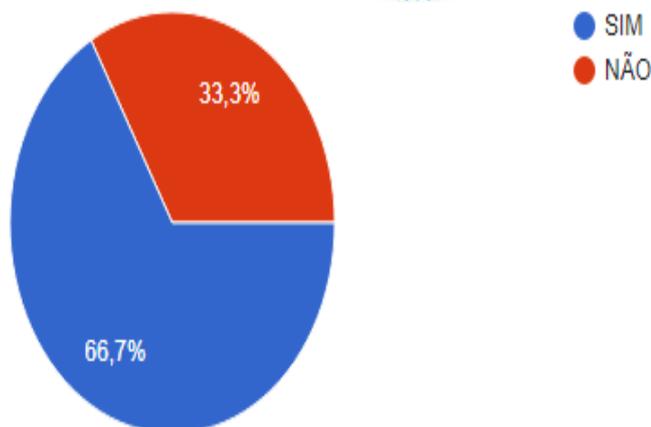
Figura 7: Desigualdade



Fonte: Elaborada pelo autor

No que diz a dificuldades financeiras, emocionais e sociais, 66,7% relataram que já passaram por dificuldades e outras 33,3% relatam ao contrário. Assim, com estes dados, finalizou a entrevista para professores e alunos do ensino superior. Conforme figura 8.

Figura 8 Dificuldades Apresentadas



Fonte: Elaborada pelo Autor

Diante disso conforme a realização da pesquisa com Professores e alunos do Ensino Superior em Barra do Garças- MT, concluímos que o acesso e permanência ao ensino superior necessita de melhores condições de acesso e permanência, há ainda um índice grande de evasões e com isso os estudantes acabam desmotivados em finalizar o curso superior, sendo preciso maior expansão e divulgação das Políticas públicas na Educação Superior.

5 - CONCLUSÃO

As políticas de permanências nas universidades públicas um estudo de caso no IFMT de Barra do garças, tem como objetivo abordar as políticas de permanências dos estudantes nas universidades públicas. Em que foi pautado às políticas institucionais e federais, a partir de pesquisas bibliográficas e pesquisa de campo mediante questionário investigativo. Foi feito uma abordagem um estudo de caso sobre tais políticas públicas, onde foi ressaltado os principais programas públicos e ações que oportunizam aos alunos a permanência na faculdades, nas quais oportunizam bolsa permanencia estudantil, bolsa monitoria, auxílio permanecem indígena e quilombola, auxílio permanente de estudante com deficiência, auxílio alimentação, auxílio moradia auxílio transporte, auxílio inclusão digital, auxílio para tecnologias assistidas, auxílio emergencial, auxílio creche, serviços de residência e serviços de restaurante estudantil.

Diante disso estudantes por meio da pesquisa de campo relataram às desigualdades educacionais as universidades, os casos mais vulneráveis e quais são esses



tipos de desigualdades. Onde os Jovens nas Universidade abrangem os pontos cruciais para uma evasão escolar, seus conhecimentos das políticas públicas do ensino superior como também as políticas públicas oferecidas pela IFMT. Muitos ingressos salientaram suas participações em ações como bolsas, auxílios e serviços fornecidos pelo IFMT, como também as desigualdades sofridas enquanto estudantes, não deixando de abordar as dificuldades financeiras, emocionais e sociais vivenciadas por muitos estudantes.

Atualmente, é fácil se inscrever e concorrer a uma vaga nas universidades, difícil são as mazelas do cotidiano formados pelas desigualdades do nosso país seria favorável se houvesse mais interesse e amparo nas políticas públicas, sendo que a maioria dos estudantes vem de classe pobre sem meios, para muitos são desafios e leis de sobrevivência trabalhar ou estudar, muitos acabam desistindo por falta de amparo e oportunidades.

Se houvessem mais apoio voltado para essa área teríamos um país diferente para muitos estudantes. Muitos estudantes não realizam o sonho de concluir o ensino Superior, pois tem de abrir mão dos estudos para trabalhar e se manter. Sendo que muitos têm que migrar de um estado para outro sem condições de sobrevivência acabam não permanecendo na universidade.

6 - REFERÊNCIAS

ANDRIOLA Wagner Bandeira, FILHO José Liberato Barrozo. **Avaliação de Políticas Públicas para a Educação Superior: o caso do Programa Universidade para Todos (PROUNI)**. Campinas; Sorocaba, SP, v. 25, n. 03, p. 594-621, nov. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772020000300005>. Acesso em 01 de junho de 2023. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/aval/a/yF8fSy9jbSG78hFspPdNkcL/?format=pdf&lang=pt>

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso 24 de junho de 2023

_____. Lei N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação e dá outras providências. Brasília, D.F., 1996. Acesso 10 de fevereiro de 2024.



BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em “<http://portal.mec.gov.br/programa-bolsa-permanencia>” “<http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior>” Acesso 08 de outubro de 2023.

IFMT. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Julho de 2021 Disponível em: <https://dsaestudantil.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/politica-de-assistencia-estudantil/> “https://proen.ifmt.edu.br/media/filer_public/a3/02/a3026bba-9937-4463-878e-3c4ac4bf1508/manual.pdf!”. Acesso 10 de novembro de 2023

CANAL, Cláudia Patrocínio Pedroza; FIGUEIREDO, Zenólia Christina Campos. Permanência na educação superior pública: experiência de Política de Acompanhamento do Desempenho Acadêmico de estudantes. Revista Docência do Ensino Superior, v. 11, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/24242> Acesso 26 de fevereiro de 2024.

CLEMENTE, Fabiane Aparecida Santos; MOROSINI, Marília Costa. Apontamentos sobre competências interculturais na educação superior. Revista Internacional de Educação Superior, 2021. Disponível em: https://meriva.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/19824/2/Apontamentos_sobre_competncias_interculturais_na_educacao_superior.pdf Acesso 28 de fevereiro de 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO- IFMT. Barra do Garças- MT, 2023. Disponível em: <https://proen.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/assistencia-estudantil/> Acesso 02 de julho de 2023

LAKATOS, E.M; MARCONI, M. DE A. fundamentos de metodologia científica 6. Ed. 5 . reimp. São Paulo; Atlas,2007.

Maria de Lurdes Rodrigues, « Os desafios da política de educação no século XXI », Sociologia, Problemas e Práticas [Online], 68 | 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/spp/904> Acesso 25 de fevereiro de 2024.abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/spp/904>

PENA, Mariza Aparecida Costa; MATOS, Daniel Abud Seabra; COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. Percurso de estudantes cotistas: ingresso, permanência e oportunidades no ensino superior. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 25, n. 1, p. 27-51, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1414-40772020000100027&script=sci_arttext Acesso 01 de março de 2024.

PRODANOV, Cleber. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa do trabalho acadêmico/ Cleber Cristiano Prodanov, Ernani César de Freitas. – 2. Ed Novo Hamburgo: Feevale, 2013.



VASCONCELOS, Cristiane Regina Dourado; DE CERQUEIRA ARAUJO, Jomária Alessandra Queiroz; OLIVEIRA, Cleide Pereira. Direitos humanos, educação e desigualdade social no Brasil. Humanidades & Inovação, v. 7, n. 19, p. 90-102, 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/2335-Texto%20do%20artigo-13764-1-10-20201215%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/2335-Texto%20do%20artigo-13764-1-10-20201215%20(2).pdf) Acesso 29 de fevereiro de 2024.